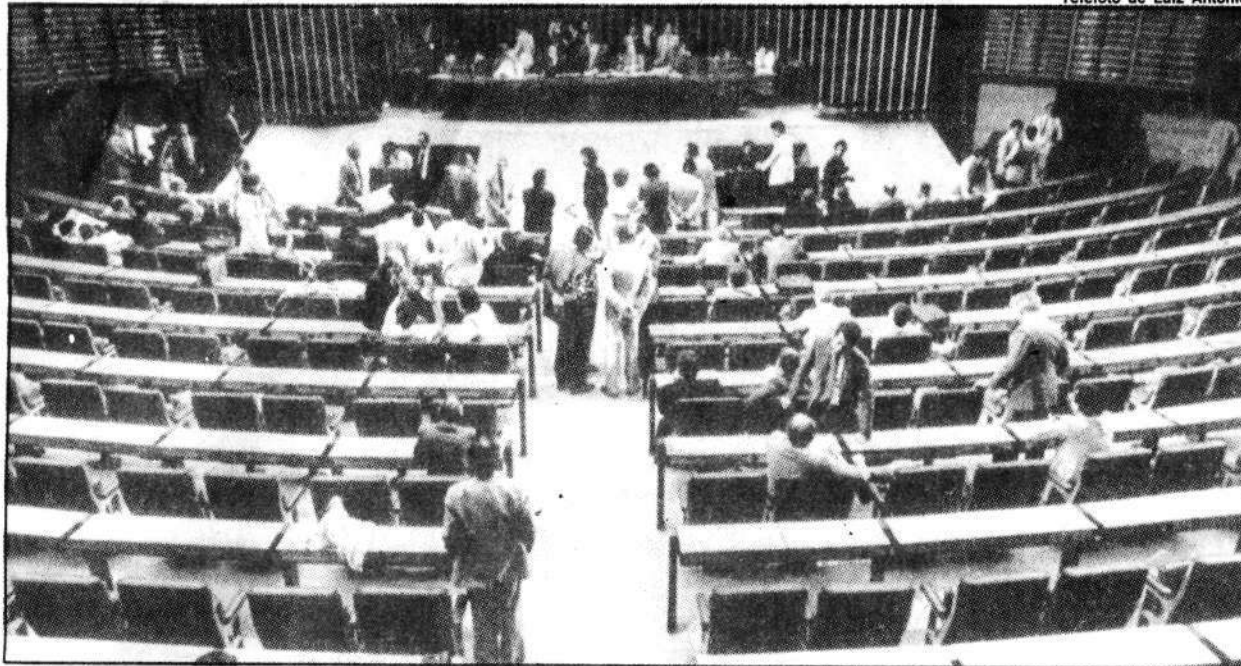


Telefoto de Luiz Antônio



O plenário vazio, como o de ontem, tem sido uma constante desde a votação do sistema de governo e do mandato

# Sem quorum, sessão da Constituinte é suspensa

BRASILIA — Com apenas 149 parlamentares presentes à verificação de quorum, foi suspensa a sessão de ontem da Assembleia Constituinte. Os trabalhos estão interrompidos até que o Centrão se sinta em condições de colocar 280 integrantes em plenário para derrubar destaque do Deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) que suprime a exigência de dois terços para aprovação de moção de censura a Ministros de Estado.

O Vice-Líder do PFL, Deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), apelou para um acordo de lideranças que permitisse a votação do destaque, sendo contestado pelo Deputado Fernando Santana (PCB-BA) e pelo Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ).

Santana disse que a questão só pode ser resolvida pelo voto, cabendo às lideranças responsáveis pela aprovação do presidencialismo derrubar o destaque com 280 votos. Para Nelson Carneiro, a causa real do impasse é a própria formulação da emenda presidencialista, cuja "ambigüidade teria levado os responsáveis pela aprovação ao constrangimento de estarem entalados com um sistema que não pode funcionar bem em

qualquer país do Mundo".

A maioria dos pronunciamentos abordou o problema da falta de quorum, que tem sido uma constante na fase de apreciação do projeto da nova Carta. O Vice-Presidente da Mesa, Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), justificou a ausência do Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, informando que ele está em São Paulo acompanhando a recuperação de sua mulher, Dona Mora.

O Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) chegou a propor que de segunda a quarta-feira da próxima semana fossem realizadas apenas sessões da Câmara e do Senado. Benevides não o atendeu, alegando que antes de viajar Ulysses tinha convocado a sessão de segunda-feira.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) sugeriu à Mesa modificação no Regimento Interno, fixando o quorum para deliberação na maioria absoluta dos presentes.

— Só assim podemos obrigar os ausentes do "bloco do Planalto" a virem aqui — disse Sandra.

Outro assunto foi o resultado das votações sobre sistema de governo e

mandato presidencial. Os Deputados Hermes Zanetti (PMDB-RS), Olívio Dutra (PT-RS), Benedita da Silva (PT-RJ) e Paulo Ramos (PMDB-RJ) pediram a união das forças "progressistas" para uma campanha de rua pela aprovação de quatro anos para o Presidente Sarney.

Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que a Constituinte assinou seu "próprio atestado de incompetência recusando-se a assumir o Poder através do parlamentarismo". O Senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) congratulou-se com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pela defesa que vem fazendo das diretas este ano. O Senador Raimundo Lira (PMDB-PB), que votou pelo presidencialismo com cinco anos, disse que a Convenção peemedebista decidira que sistema de governo e mandato eram questão aberta e, por isso, não se justificavam as reações de correntes do partido.

O Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) comentou matéria de um jornal que afirma que a manutenção do presidencialismo custou aos cofres públicos mais de CZ\$ 9 bilhões. Ele pediu à Mesa um inquérito para apurar a denúncia.

## Assembléia do Rio faz regimento para Carta

A Comissão Pré-Constituinte da Assembleia Legislativa redigiu cinco dos sete capítulos do Regimento Interno em que se basearão os trabalhos de elaboração da próxima Constituição do Estado, a serem iniciados após a promulgação da nova Carta pela Assembleia Nacional Constituinte.

O Presidente da Comissão, Deputado Elmiro Coutinho (PMDB), informou que o Regimento Interno — baseado no da Assembleia Nacional e nas Constituições estaduais de 1960 e 1975 — procurou ser democrático e valorizar os poderes constitucionais dos Deputados. Assim, a Comissão Constitucional que irá esboçar a nova Carta fluminense será composta por 37 membros (maioria absoluta da Casa), enquanto que na Assembleia Nacional ela foi composta por 91 dos 559 parlamentares.

A Comissão é a favor de que, a exemplo do que ocorre nos trabalhos da Constituinte federal, haja votação para eleição de uma nova Mesa Diretora. Os sete membros — Presidente, dois Vices, dois Secretários e dois suplentes — seriam escolhidos por todos os Deputados, em voto secreto e direto.

Outros Deputados são de opinião que como serão feitas apenas adaptações na atual Constituição, não há necessidade de se ter uma Mesa para estes trabalhos e outra para a ação legislativa normal.

O Deputado Elmiro Coutinho, para quem a Assembleia fará uma nova Carta e não uma adaptação da atual, entende que o assunto ainda provocará grande polêmica na Casa.

Com prazo previsto de seis meses de duração, a Assembleia, segundo cálculos da Comissão, levará dois meses no esboço da Carta e quatro na discussão em plenário. Além da Comissão Constitucional, está prevista no Regimento Interno a criação de mais quatro comissões: a de organização do Estado e do sistema tributário, a do Poder Executivo e Judiciário, a de direitos e garantias individuais e a de organização dos Municípios.

Após a conclusão da Carta fluminense, prevista para o início do ano que vem, será a vez de cada Município cuidar de sua Constituição.

## Média é de 350 a 420 votos nas deliberações

BRASILIA — Das 320 votações realizadas até hoje, em apenas 15 a Constituinte conseguiu quorum superior a 500 parlamentares. A maior parte das deliberações contou com o número médio de 350 a 420 votos. Estes dados constam de levantamento feito pelo Deputado Paulo Delgado (PT-MG), autor do primeiro projeto de decisão encaminhado à Mesa propondo punição para os ausentes.

A pesquisa de Paulo Delgado revela que o comparecimento maciço de parlamentares ocorreu em apenas cinco sessões, quando o plenário deliberou sobre questões de interesse direto do empresariado ou do Governo.

Em 28 de janeiro, o Centrão colocou no plenário mais de 500 Constituintes para garantir a aprovação das alterações no Regimento Interno. Desde então, este expressivo comparecimento só foi alcançado nos dias 3, 23 e 24 do mês passado, para aprovação do substitutivo do Centrão ao Capítulo dos direitos sociais e dos dispositivos referentes à demissão imotivada e à rejeição da jornada de trabalho para 40 horas.

A vinculação do quorum aos interesses do Palácio do Planalto ficou clara, segundo o Deputado, nas votações do sistema de governo e do mandato presidencial, na última terça-feira. Foram as únicas que atraí-

ram ao plenário os 559 Constituintes.

— Foi um escândalo para o resto do Mundo o fato de festejarmos o dia em que alcançamos o quorum completo — reagiu a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Para punir os faltosos e salvar a imagem da Assembleia, a Mesa recebeu ontem mais um projeto de decisão, desta vez do Deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), que defende a suspensão por 30 dias, com a automática convocação dos suplentes, dos parlamentares ausentes em mais de três sessões consecutivas ou cinco intercaladas no mesmo mês.